

Dívida líquida pública estável em 34,4% do PIB

O aumento sazonal na arrecadação de impostos e a redução nos desembolsos com juros contribuíram no resultado de fevereiro

por Ivanir José Bortot
de Brasília

O governo conseguiu estabilizar em fevereiro o crescimento da dívida líquida da União, estados, municípios e empresas estatais em 34,4% do Produto Interno Bruto (PIB), graças a um aumento sazonal da arrecadação do imposto de renda e uma redução nos desembolsos com juros. A dívida líquida subiu de R\$ 273,7 bilhões para R\$ 276,1 bilhões entre janeiro e fevereiro último, apesar de os juros implícitos de janeiro caírem de 1,43% para 1,28% em fevereiro. Quando o valor é comparado ao percentual do PIB, ele apresenta uma estabilização por causa da correção mensal do produto interno.

A estabilização do crescimento da dívida é reflexo de um desempenho favorável no superávit primário e operacional das contas públicas. O déficit operacional do setor público nos últimos 12 meses ficou em 44%, indicando uma melhoria de 0,22% em relação a janeiro.

O superávit primário ficou nos últimos 12 meses em 0,02%, praticamente no mesmo patamar de dezembro último.

"Há uma tendência clara de melhora nas contas, embora em março possa ocorrer um pequeno agravamento", disse o chefe do departamento Econômico do Banco Central (Depec), Altamir Lopes. O governo conseguiu um superávit primário de R\$ 1,3 bilhão em fevereiro último devido ao ajuste da declaração do imposto de renda pelas empresas. Como o desembolso com juros reais do setor público ficou em R\$ 1,727 bilhão, o governo teve um déficit operacional de R\$ 325 milhões ao usar os recursos fiscais para cobrir gastos com encargos, e isso contribuiu para estabilizar a dívida líquida. Em março a arrecadação voltaria ao normal, porém, o lado fiscal tenderia a piorar.

"Estabilização da dívida reduz a necessidade futura de pagamento dos juros. O aumento da dívida vinha preocupando

o investidor estrangeiro. Quem está investindo passa a perceber um risco fiscal com grau menor", disse o economista Fábio Giambiagi. Ele acha que o ideal seria mesmo uma redução do estoque da dívida líquida, ao longo deste ano, para que haja uma melhora significativa do ganho fiscal com a redução dos juros.

O governo conseguiu baixar as taxas de juro reais de 34% em 1995 para 17% em 1996. O efeito da queda dessas taxas acabou sendo anulado por causa do aumento do endividamento público, ao reconhecer dívidas passadas e ter coberto o rombo do Banco do Brasil. Mas os juros podem cair este ano para um patamar de 14% e, no caso de haver uma estabilização no crescimento da dívida, novamente a questão fiscal sairia ganhando.

O reajuste das tarifas de telefone e energia elétrica deverá contribuir daqui para frente para melhorar o desempenho fiscal das empresas es-

tatais. Na prática haverá uma transferência de renda do setor privado para empresas do setor público. As empresas estatais federais e estaduais estão com um superávit primário de apenas 0,12% do PIB acumulado nos últimos 12 meses.

O governo trabalha com uma expectativa de obter um superávit primário de 0,7% do PIB para as empresas estatais. A privatização das empresas da União e dos estados devem contribuir, também, para amenizar o déficit. A União conseguiu elevar de 0,30% do PIB para 0,39% o superávit primário dos últimos 12 meses em fevereiro.

O ministro do Planejamento, Antonio Kandir, quer para este ano um superávit primário de 0,8%. Esse desempenho, junto com a zeragem do déficit dos municípios e estados, podem contribuir para que seja atingida a meta de 1,5% do PIB este ano. Fábio Giambiagi acredita que haverá um gradual avanço nas contas públicas de agora em diante por causa do esforço feito para ajustar as contas dos estados e também pela sustentação dos ganhos fiscais da União.

A sustentação da queda do déficit público para depois de 1998 depende ainda da renovação do Fundo de Estabiliza-

ção Fiscal (FEF) no Congresso, segundo Gimabiagi. O ajuste fiscal que antecedeu o Plano Real contribuiu para que a dívida líquida do setor público caísse de 32,2% do PIB em 1993 para 25% do PIB em 1994, o mais baixo patamar deste 1981. O governo esperava a partir de 1995 zerar o déficit operacional com o esforço fiscal verificado antes do real e da criação do FEF.

As dificuldades em conter gastos da União, municípios e estados, a securitização da dívida agrícola, a crise bancária que levou à liquidação de diversos bancos, o reconhecimento das dívidas junto ao Fundo das Compensações das Variações Salariais (FCVS), provocaram o aumento da dívida líquida.

A dívida líquida externa de responsabilidade dos governos caiu de R\$ 38,1 bilhões em dezembro de 1995 para R\$ 33,1 bilhões em março deste ano. A dívida líquida interna de responsabilidade dos estados e municípios subiu de R\$ 72,4 bilhões em dezembro de 1995 para R\$ 96,6 bilhões em fevereiro último. O endividamento da União teve uma elevação, em igual período, de R\$ 90,4 bilhões para R\$ 132,1 bilhões. O endividamento das empresas estatais

acabou sendo o menor de todos. Subiu de R\$ 45,5 bilhões em dezembro de 95 para R\$ 47,4 bilhões em fevereiro último.

As taxas de juro pagas pelos estados e municípios caíram de 1,54% em janeiro para 1,51% em fevereiro. A parcela da dívida externa teve elevação de 0,55% em janeiro para 0,59% em fevereiro. Apesar desta redução do juro a dívida pública mobiliária federal de março sofreu uma elevação, em parte para cobrir despesas com encargos e também para enxugar liquidez da economia, o que indicaria uma pequena complicação nas contas públicas no último mês.

A dívida mobiliária federal subiu de R\$ 181,1 bilhões em fevereiro para R\$ 187,1 bilhões em março. O Tesouro Nacional promoveu um resgate líquido de R\$ 700 milhões emitir R\$ 1,3 bilhão em Letras do Tesouro Nacional (LTN) e ter resgatado R\$ 2 bilhões em Notas do Tesouro Nacional (NTN). A autoridade monetária realizou ainda uma colocação de R\$ 2,3 bilhões no mercado primário e secundário e mais R\$ 1,8 bilhão de Letras do Banco Central (LBC) série especial, para trocar por papéis de públicos dos estados de Minas Gerais e Rio de Janeiro.